



**PACTO ENERGIA**  
DISTRIBUIÇÃO PARANÁ

## **Demonstrações Financeiras**

### **Força e Luz Coronel Vivida Ltda.**

31 de dezembro de 2022  
com Relatório do Auditor Independente

## Sumário

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração dos fluxos de caixa	8
Demonstração do valor adicionado	9
<b>Notas explicativas às Demonstrações Financeiras</b>	
1 Contexto operacional	10
2 Políticas Contábeis	11
2.1 Declaração de conformidade	11
2.2 Base de elaboração	11
2.3 Uso de estimativas e julgamentos	12
2.4 Principais práticas contábeis	12
2.5 Demonstrações de fluxo de caixa	17
2.6 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022	17
2.7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas	17
3 Reapresentação dos saldos comparativos	19
4 Caixa e equivalentes de caixa	24
5 Consumidores	24
6 Partes Relacionadas	25
7 Tributos compensáveis	26
8 Ativos e passivos financeiros setoriais	26
9 Ativos financeiros da concessão e intangível	27
10 Fornecedores	29
11 Tributos a recolher	29
12 Encargos setoriais	30
13 Outras contas a pagar	30
14 Provisões para contingências	30
15 Patrimônio líquido	31
16 Receita líquida	32
17 Energia elétrica comprada para venda	33
18 Custo de operação e construção	34
19 Receitas (despesas) operacionais	34
20 Resultado financeiro	35
21 Imposto de renda e contribuição social	35
22 Instrumentos financeiros e objetivos e políticas para gestão de risco	35
23 Seguros	37
24 Eventos subsequentes	37

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos  
Diretores e Sócios da  
**Força e Luz Coronel Vivida Ltda.**  
Coronel Vivida-PR

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Força e Luz Coronel Vivida Ltda. (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 3, em decorrência da correção de erros de competência de períodos anteriores, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro). Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

## **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo da apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 04 de agosto de 2023.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC SP-015199/O



Henrique Piereck de Sá  
Contador CRC-PE023398/O

## Balanço Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021 (reapresentado)	01/01/2021 (reapresentado)
<b>ATIVO</b>				
<b>CIRCULANTE</b>				
		<b>8.642</b>	<b>12.127</b>	<b>10.555</b>
Caixa e equivalente de caixa	4	3.305	3.694	4.405
Consumidores	5	2.616	4.747	3.889
Estoques		59	30	30
Tributos a recuperar		63	31	34
Ativos financeiros e setoriais	8	2.268	3.411	1.998
Adiantamento a terceiros		173	84	44
Despesas antecipadas		-	11	8
Outros créditos		158	119	147
		<b>15.264</b>	<b>14.166</b>	<b>16.172</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Tributos a recuperar	7	5.878	7.223	9.133
Depósitos judiciais		89	104	79
Tributos diferidos		-	-	53
Outros créditos		177	152	153
Ativo financeiro de concessão	9	505	461	396
Imobilizado	9	-	146	157
Intangível	9	8.615	6.080	6.201
		<b>23.906</b>	<b>26.293</b>	<b>26.727</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>				
<b>23.906</b>				
<b>26.293</b>				
<b>26.727</b>				
<b>PASSIVO</b>				
<b>CIRCULANTE</b>				
		<b>19.819</b>	<b>24.138</b>	<b>25.182</b>
Fornecedores	10	4.031	5.017	5.288
Empréstimos e financiamentos		262	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas		296	296	295
Tributos a recolher	11	521	1.588	1.297
Encargos setoriais	12	717	1.151	2.188
Passivos financeiros setoriais	8	4.378	769	580
Lucros a distribuir		584	596	622
Outras contas a pagar	13	9.030	14.721	14.912
		<b>523</b>	<b>-</b>	<b>85</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Empréstimos e financiamentos		523	-	-
Provisão para contingências	14	-	-	85
		<b>3.564</b>	<b>2.155</b>	<b>1.460</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				
Capital social	15	7.257	7.257	7.345
Prejuízos acumulados		(3.693)	(5.102)	(5.885)
		<b>23.906</b>	<b>26.293</b>	<b>26.727</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>				
<b>23.906</b>				
<b>26.293</b>				
<b>26.727</b>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	<b>Notas</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
			(reapresentado)
<b>Receita líquida</b>	16	<b>25.520</b>	<b>26.043</b>
<b>Custo das atividades operacionais</b>			
Custos com energia elétrica para revenda	17	(15.496)	(17.818)
Custos da construção	18	(913)	(969)
Custos de operação	18	(3.948)	(2.753)
		<b>(20.357)</b>	<b>(21.540)</b>
<b>Lucro bruto</b>		<b>5.163</b>	<b>4.503</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>			
Despesas gerais e administrativas	19	(4.430)	(3.540)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	19	688	(430)
		<b>(3.742)</b>	<b>(3.970)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	20		
Receita financeira		2.007	1.661
Despesa financeira		(1.299)	(803)
		<b>708</b>	<b>858</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>2.129</b>	<b>1.391</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>		<b>(720)</b>	<b>(608)</b>
Correntes	21	(720)	(555)
Diferidos		-	(53)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>1.409</b>	<b>783</b>
Quantidade de quotas		7.257	7.257
Lucro por lote de mil quotas - R\$		194,16	107,90

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
		(reapresentado)
Lucro líquido do exercício	1.409	783
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total de Resultados abrangentes do exercício</b>	<b>1.409</b>	<b>783</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	<b>Capital Social</b>	<b>Prejuízos Acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b> (reapresentado)	7.345	(5.885)	1.460
Redução de capital	(88)	-	(88)
Lucro líquido do exercício	-	783	783
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b> (reapresentado)	7.257	(5.102)	2.155
Lucro líquido do exercício	-	<b>1.409</b>	<b>1.409</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>7.257</b>	<b>(3.693)</b>	<b>3.564</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
		(reapresentado)
<b>Atividades operacionais:</b>		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	2.129	1.391
<b>Ajustes para a reconciliação do lucro antes do imposto de renda e contribuição social com caixa das atividades operacionais:</b>		
Depreciação e amortização	441	477
Juros e variações monetárias, líquidas	(2.128)	(361)
Participação financeira do consumidor	(2)	178
Provisão para perdas créditos esperadas	11	21
Reversão de provisão de contingências	-	(85)
Baixas líquidas de imobilizado e intangível	3.102	921
Inventário de estoque – Material em depósito	(551)	-
	<b>3.002</b>	<b>2.542</b>
<b>Redução (aumento) dos ativos</b>		
Consumidores	2.121	(879)
Estoques	(29)	-
Tributos a recuperar	(58)	3
Ativos financeiros e setoriais	1.195	(1.317)
Depósitos judiciais	15	(25)
Outros ativos	(143)	(14)
	<b>3.101</b>	<b>(2.232)</b>
<b>Aumento (redução) dos passivos</b>		
Fornecedores	(216)	(271)
Obrigações sociais e trabalhistas	-	1
Tributos a recolher	1.015	1.854
Encargos setoriais	(435)	(1.037)
Passivos financeiros setoriais	3.609	189
Outros	(4.352)	420
	<b>(379)</b>	<b>1.156</b>
<b>CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>5.724</b>	<b>1.466</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(677)	(555)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>5.047</b>	<b>911</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aplicações no ativo financeiro da concessão	(44)	(64)
Aplicações no imobilizado	(167)	-
Aplicações no intangível	(5.213)	(1.444)
<b>CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(5.424)</b>	<b>(1.508)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Lucros distribuídos	(12)	(114)
<b>CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>(12)</b>	<b>(114)</b>
<b>TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(389)</b>	<b>(711)</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	3.694	4.405
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	3.305	3.694
<b>VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(389)</b>	<b>(711)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações do valor adicionado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

### Demonstração do Valor Adicionado – DVA

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
		(reapresentado)
<b>RECEITA OPERACIONAL</b>	<b>41.607</b>	<b>45.428</b>
Fornecimento de energia elétrica	36.866	43.555
Outras Receitas	4.752	1.894
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(11)	(21)
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>(19.607)</b>	<b>(20.271)</b>
Custos com energia elétrica para revenda	(15.496)	(17.818)
Custos da construção	(913)	(969)
Materiais, serviços e outros	(3.198)	(1.484)
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>22.000</b>	<b>25.157</b>
Quotas de reintegração	-	-
Depreciação/Amortização	(442)	(477)
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO</b>	<b>21.558</b>	<b>24.680</b>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIO EM TRANSFERENCIA</b>	<b>7.190</b>	<b>4.766</b>
Aluguéis	652	322
Receitas Financeiras	2.007	1.661
Subvenções diversas	4.531	2.783
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b>28.748</b>	<b>29.446</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>28.748</b>	<b>(29.446)</b>
<b>Pessoal</b>	<b>(4.819)</b>	<b>(4.428)</b>
Remuneração Direta	(3.366)	(3.272)
Benefícios	(553)	(397)
Encargos Sociais	(900)	(759)
<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>	<b>(13.350)</b>	<b>(17.441)</b>
Federais	(3.495)	(3.513)
Estaduais	(9.814)	(13.903)
Municipais	(41)	(25)
<b>Encargos do Consumidor</b>	<b>(7.708)</b>	<b>(5.875)</b>
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(133)	(112)
Programa de eficiência energética – PEE	(131)	(112)
Conta de Desenvol. Energético. – CDE	(5.107)	(4.436)
Bandeiras Tarifárias	(2.310)	(1.188)
Outros Encargos	(27)	(27)
<b>Remuneração de Capitais de Terceiros</b>	<b>(1.430)</b>	<b>(913)</b>
Juros e variações monetárias	(1.298)	(803)
Aluguéis	(132)	(110)
<b>Outros gastos da concessão</b>	<b>(32)</b>	<b>(6)</b>
Indenização por danos elétricos	(32)	(6)
<b>Remuneração de Capitais Próprios</b>	<b>(1.409)</b>	<b>(783)</b>
Lucro líquido do exercício	(1.409)	(783)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. Contexto operacional

A Força e Luz Coronel Vivida Ltda. (“FORCEL”, “Empresa” ou “Concessionária”), concessionária de distribuição de energia elétrica, constituída sob a forma de quotas de responsabilidade limitada em 1º de setembro de 1959, tem por objetivo a distribuição e comércio de energia elétrica para o município de Coronel Vivida, Estado do Paraná, tendo suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia.

#### Concessões

Conforme 5º Termo Aditivo assinado em 09 de dezembro de 2015, a Concessionária detém a concessão até 07 de julho de 2045 para exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica no município de Coronel Vivida, conforme discriminado no contrato de concessão nº 69/99, que lhe foi transferida pelo Decreto nº 68.871, de 5 de julho de 1.971, reagrupada por meio da Resolução ANEEL nº 219, de 25 de junho de 1.999.

#### Estrutura de capital

Em 31 de dezembro de 2022, a Empresa possui capital circulante líquido negativo de R\$ 8.426 (R\$ 9.261 em 31 de dezembro de 2021 reapresentado), decorrente, principalmente, do reconhecimento do crédito tributário decorrente de ação judicial transitada em julgado referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins e seus efeitos, o qual originou obrigações ressarcir os consumidores em montantes proporcionais ao crédito reconhecido. Em agosto de 2022 foi homologado o processo de revisão tarifária pela ANEEL, Nota técnica nº 168/2022-SGT/ANEEL. Durante o exercício de 2022, o montante de R\$ 7.173 foi ressarcido aos consumidores via processo de revisão tarifária. A administração tem a expectativa de que o saldo de R\$ 6.336 será amortizado no ciclo de revisão tarifária de 2023.

A administração entende que a geração de caixa da Empresa neste mesmo período, reverterá a posição do capital circulante líquido demonstrada em 31 de dezembro de 2022, bem como irá gerar caixa adicional para a Empresa.

#### Impactos da COVID-19

A Empresa não identificou efeitos financeiros e econômicos significativos decorrentes da Covid-19 nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Desde o início da pandemia, meados de março de 2020, a Empresa vem mantendo as medidas de distanciamento social e higiene previstas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), visando proteger a saúde e a segurança de seus colaboradores. A Empresa continuará monitorando os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras** (continuação)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Impactos frente à invasão da Ucrânia pela Rússia**

Em 24 de fevereiro de 2022, a Rússia iniciou uma invasão militar na Ucrânia, marcando uma escalada acentuada do conflito existente entre estes países. A invasão recebeu ampla condenação da comunidade internacional, incluindo sanções impostas com o objetivo de paralisar a economia russa.

Como resultado da invasão, os preços do petróleo apresentaram alta expressiva, encerrando o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 cotados aproximadamente a US\$ 80, o barril. Outro índice que apresentou flutuação foi o câmbio, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a queda do dólar frente ao real foi de, aproximadamente, 6,5% em relação a 31 de dezembro de 2021.

A Empresa não identificou efeitos financeiros e econômicos significativos decorrentes da invasão da Ucrânia pela Rússia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

**2. Políticas contábeis**

**2.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Concessionária foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como conjugadas com a Legislação específica aplicável as Concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica estabelecidas pelo Poder Concedente, representado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, quando não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

**2.2. Base de elaboração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir o valor justo de determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.

A moeda funcional da Empresa é o real brasileiro (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da administração da Empresa.

A administração avaliou a capacidade da Empresa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro.

Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. Como consequência, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada de acordo com a resolução dos membros da Diretoria em 04 de agosto de 2023.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras** (continuação)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração realize estimativas para a determinação e registro de certos ativos, passivos, receitas e despesas. Tais estimativas são feitas com base no princípio de continuidade e suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das demonstrações financeiras, bem como na experiência da administração. As estimativas são revisadas continuamente ou quando novas informações se tornam disponíveis, ou ainda, as situações em que estavam baseadas se alterem. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As estimativas podem divergir para com o resultado real. As principais estimativas se referem a

- Receita de fornecimento de energia não faturada;
- Provisões;
- Ativos e passivos financeiros setoriais; e
- Ativo financeiro - bens da concessão.

### 2.4. Principais práticas contábeis

#### a. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer as estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita de fornecimento de energia elétrica é mensurada de acordo com o calendário de leitura estabelecido, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e a tarifa de energia vigente. A receita de fornecimento de energia não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia disponibilizada no mês, a energia injetada e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.

A receita de construção de infraestrutura da concessão é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidos entre o cliente e a Empresa, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Empresa possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente.

Considerando que o modelo regulatório vigente não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, que as construções e melhorias são substancialmente executadas por meio de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura, a administração da Empresa decidiu registrar a receita de contratos de construção com margem de lucro zero (ITG 01 (R1)).

A receita pela disponibilidade da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes livre e cativos. Tal receita é calculada conforme Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD definida pela ANEEL.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras** (continuação)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**b. Tributos**

**Imposto de renda e contribuição social – correntes**

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. Atualmente, as provisões para imposto de renda e contribuição social foram constituídas às alíquotas de 15%, mais adicional de 10%, e 9%, respectivamente, sobre o lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões admitidas.

**Imposto de renda e contribuição social – diferido**

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, somente na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se tornam prováveis que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que são esperadas a serem aplicáveis no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, baseado nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeita à mesma autoridade tributária.

**Tributos sobre vendas**

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

- Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- Valores a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos tributos sobre vendas.

O valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras** (continuação)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**c. Instrumentos financeiros**

A Empresa classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias:

**Ativos financeiros**

Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo Amortizado ('CA'): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento d'í e principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ('VJORA'): ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e
- Valor Justo por meio do Resultado ('VJR'): todos os demais ativos financeiros.

Os instrumentos mensurados pelo CA e VJR estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperadas. De modo geral, as perdas de créditos esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Empresa (ex: contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras.

**Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

**Concessões do serviço público**

Para mensuração do valor justo, a Empresa utiliza abordagem de custo de reposição baseado nas tabelas de preço da ANEEL, estipuladas para ativos inerentes a operações passíveis de indenização pelo Poder Concedente. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.



**Notas explicativas às demonstrações financeiras** (continuação)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**d. Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Empresa considera equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

**e. Consumidores**

Estão apresentadas a valores de realização. Incluem o fornecimento de energia elétrica faturado e a faturar a consumidores finais, uso da rede, serviços prestados e acréscimos moratórios. A Empresa contabiliza provisão para perdas de créditos esperadas em montante considerado suficiente pela administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

**f. Ativos e passivos financeiros setoriais**

As tarifas que as concessionárias e permissionárias são autorizadas a cobrar de seus consumidores são revistas pela ANEEL: (i) anualmente na data de aniversário do contrato de concessão, para efeito de reajuste tarifário; e (ii) a cada quatro anos, em média, para efeito de recomposição da Parcela B (custos gerenciáveis) e ajuste da Parcela A (custos não gerenciáveis) de determinados componentes tarifários. Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos orçados e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa.

Essas diferenças constituem direitos ou obrigações, em observância ao princípio do equilíbrio econômico e financeiro estabelecido pelo contrato de concessão e permissão.

Os ativos e passivos financeiros setoriais são mensurados ao custo amortizado. Os ativos financeiros contemplam desde o seu reconhecimento inicial a expectativas de riscos de inadimplência e estimativas de glosa pelo Poder Concedente.

O valor presente dos direitos e obrigações serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados e/ou repassados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção, por qualquer motivo, da concessão.

A Empresa, em conjunto com os assessores econômicos e regulatórios, revisa no final de cada exercício, as premissas e expectativas de homologação pelo Poder Concedente.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras** (continuação)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**g. Intangível**

Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (impairment), quando aplicável.

Os bens e instalações vinculados ao direito de uso da concessão de serviços públicos possuem taxa de amortização que representam sua vida útil-econômica, limitada ao prazo de vencimento da concessão.

Os contratos de concessão são reconhecidos como ativo intangível e ativo financeiro. O valor do ativo intangível dos contratos de concessões representa o custo amortizado dos bens correspondentes, limitados ao final da concessão. O custo compreende o preço de aquisição (acrescido de impostos não recuperáveis sobre a compra depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos) e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e em condição para ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração.

A amortização do ativo intangível dos contratos de concessão representa a depreciação regulatória dos bens individuais. Os ativos intangíveis dos contratos de concessões têm o seu valor avaliado pela administração para verificar a existência de indicativos da perda de recuperabilidade econômica, no mínimo, anualmente. A amortização é reconhecida na rubrica de custo de operação e despesas operacionais. O ativo financeiro - concessão, refere-se aos investimentos realizados e previstos no contrato de concessão e não amortizados até o final da concessão por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e o Comunicado Técnico Geral CTG 05 - Contratos de concessão. Ele é reconhecido pelo custo residual não amortizado e o valor somente é alterado por meio de atualizações, adições, baixas e transferências ao longo do prazo de concessão.

**h. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

**i. Provisões**

Provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

**Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

A Empresa é parte em ações judiciais e processos administrativos perante alguns tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis com as pendências em curso. A Empresa não espera reembolsos em conexão com o resultado desses processos.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras** (continuação)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**2.5. Demonstrações de fluxo de caixa**

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica NBCT 3.8 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2)) emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

**2.6. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022**

A Empresa avaliou como não aplicáveis às suas demonstrações financeiras normas e alterações que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2022 ou após essa data. A Empresa decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

**2.7. Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Não há normas ou interpretações emitidas em 2022, mas ainda não vigentes que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Empresa. A partir de 01 de janeiro de 2023, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Empresa:

<b>Revisão e Normas impactadas</b>	<b>Correlação IASB</b>	<b>Data de aprovação (Brasil)</b>	<b>Aplicável a partir de</b>	<b>Impactos contábeis</b>
<p><b>Pronunciamento Técnico CPC 50</b></p> <p>Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).</p>	IFRS	07/05/2021	01/01/2023	Não aplicável à Empresa
<p><b>Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 20</b></p> <p>Pronunciamentos Técnicos CPC 11 – Contratos de seguro; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária; CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 32 – Tributos sobre o lucro; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 30 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação; CPC 37 – Receita de contrato com cliente; e CPC 39 – Contabilização e relatório contábil de planos de benefício de aposentadora.</p>	Classification of Liabilities as Current or Non-current; Extension of the Temporary Exemption from applying IFRS 9; Definition of Accounting Estimates; Disclosure of Accounting Policies; e Deferred Tax related to Assets and Liabilities arising from a Single Transaction	01/03/2022	01/01/2023 (ajuste CPC 37, aplicação imediata)	Sem impactos relevantes

**Notas explicativas às demonstrações financeiras** (continuação)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<b>Revisão e Normas impactadas</b>	<b>Correlação IASB</b>	<b>Data de aprovação (Brasil)</b>	<b>Aplicável a partir de</b>	<b>Impactos contábeis</b>
<p><b>Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 21</b></p> <p>Pronunciamentos Técnicos CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos; CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa; CPC 03 (R1) – Ativo intangível; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto; CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 28 – Propriedade para investimento; CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada; CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 39 – Instrumentos financeiros: apresentação; CPC 30 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação; CPC 37 – Receita de contrato com cliente; CPC 38 – Instrumentos financeiros; e CPC 50 – Contratos de seguro.</p>	IFRS 9 e IFRS 17	03/11/2022	01/01/2023	Não aplicável à Empresa
<p><b>Alteração no IFRS 16</b></p> <p>O IASB emitiu alterações referentes aos contratos de arrendamentos em transações de sale and leaseback</p>	IFRS 16	Emissão a nível de IABS	01/01/2023	Não aplicável à Empresa

**Notas explicativas às demonstrações financeiras** (continuação)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**3. Reapresentação dos valores correspondentes**

Os valores correspondentes de 31 de dezembro de 2021 e 1º de janeiro de 2021, estão sendo alterados e reapresentados em função da correção de erros de competência de exercícios anteriores descritos abaixo. Esses ajustes estão sendo apresentados retroativamente em conformidade com a NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e NBC TG 26 (R5) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, e produziram os seguintes impactos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em relação aos valores anteriormente apresentados:

	31/12/2021		01/01/2021
	Resultado	Patrimônio líquido	Patrimônio líquido
Saldos originalmente publicados	<b>1.235</b>	<b>10.730</b>	<b>9.583</b>
(a) Contabilização de créditos de PIS e Cofins decorrente de ação judicial transitada em julgado (exclusão do ICMS da base de cálculos do PIS e da Cofins)	(1.910)	7.223	9.133
(b) Contabilização de passivo regulatório com consumidores – ressarcimento de PIS e Cofins aos consumidores referentes aos créditos acima	(526)	(12.380)	(11.855)
(c) Contabilização do ajuste ao valor recuperável dos materiais em depósito	(25)	(25)	-
(d) Contabilização de multa contratual junto ao agente supridor	-	(2.751)	(2.751)
(e) Contabilização de provisão para honorários advocatícios a pagar	936	(1.715)	(2.651)
(f) Contabilização de passivos financeiros setoriais – Bandeiras Tarifárias	1.073	1.073	-
	<b>(452)</b>	<b>(8.575)</b>	<b>(8.124)</b>
Saldos reapresentados	<b>783</b>	<b>2.155</b>	<b>1.459</b>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras** (continuação)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 1º de janeiro de 2021:

ATIVO	Ref.	Reapresentado		Publicado		Reapresentado		Publicado	
		31/12/2021	Ajustes	31/12/2021	01/01/2021	Ajustes	31/12/2020		
<b>CIRCULANTE</b>		<b>12.127</b>	-	<b>12.127</b>	<b>10.555</b>	-	<b>10.555</b>		
Caixa e equivalente de caixa		3.694	-	3.694	4.405	-	4.405		
Consumidores		4.747	-	4.747	3.889	-	3.889		
Estoques		30	-	30	30	-	30		
Tributos a recuperar		31	-	31	34	-	34		
Ativos financeiros e setoriais		3.411	-	3.411	1.998	-	1.998		
Adiantamento a terceiros		84	-	84	44	-	44		
Despesas antecipadas		11	-	11	8	-	8		
Outros créditos		119	-	119	147	-	147		
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>14.166</b>	<b>7.198</b>	<b>6.969</b>	<b>16.172</b>	<b>9.133</b>	<b>7.039</b>		
Tributos a recuperar	3.(I)	7.223	7.223	-	9.133	9.133	-		
Depósitos judiciais		104	-	104	79	-	79		
Tributos diferidos		-	-	-	53	-	53		
Outros créditos		152	-	152	153	-	153		
Ativo financeiro de concessão		461	-	461	396	-	396		
Imobilizado	3.(II) e 3.(V)	146	135	11	157	144	13		
Intangível	3.(II) e 3.(V)	6.080	(160)	6.240	6.201	(144)	6.345		
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>26.293</b>	<b>7.198</b>	<b>19.095</b>	<b>26.727</b>	<b>9.133</b>	<b>17.594</b>		

PASSIVO	Ref.	Reapresentado		Publicado		Reapresentado		Publicado	
		31/12/2021	Ajustes	31/12/2021	01/01/2021	Ajustes	31/12/2020		
<b>CIRCULANTE</b>		<b>24.138</b>	<b>15.773</b>	<b>8.365</b>	<b>25.182</b>	<b>17.256</b>	<b>7.926</b>		
Fornecedores	3.(III)	5.017	2.751	2.266	5.288	2.751	2.537		
Obrigações sociais e trabalhistas		296	-	296	295	(19)	314		
Tributos a recolher		1.588	-	1.588	1.297	-	1.297		
Encargos setoriais		1.151	-	1.151	2.188	-	2.188		
Passivos financeiros setoriais	3.(IV)	769	(1.073)	1.842	580	-	580		
Lucros a distribuir		596	88	508	622	-	622		
Outras contas a pagar	3.(I)	14.721	14.007	714	14.912	14.524	388		
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		-	-	-	<b>85</b>	-	<b>85</b>		
Provisão para Contingências	3.(III)	-	-	-	85	-	85		
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>2.155</b>	<b>(8.575)</b>	<b>10.730</b>	<b>1.460</b>	<b>(8.123)</b>	<b>9.583</b>		
Capital social		7.257	-	7.257	7.345	-	7.345		
Prejuízos acumulados		(5.102)	(8.575)	3.473	(5.885)	(8.123)	2.238		
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>26.293</b>	<b>7.198</b>	<b>19.095</b>	<b>26.727</b>	<b>9.133</b>	<b>17.594</b>		

**Notas explicativas às demonstrações financeiras** (continuação)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

Ref.	Reapresentado		Publicado
	31/12/2021	Ajustes	31/12/2021
<b>Receita líquida</b>	<b>26.043</b>	<b>1.073</b>	<b>24.970</b>
<b>Custo das atividades operacionais</b>			
Custos com energia elétrica para revenda	(17.818)	-	(17.818)
Custos da construção	(969)	-	(969)
Custos de operação	(2.753)	(25)	(2.728)
	<b>(21.540)</b>	<b>(25)</b>	<b>(21.515)</b>
<b>Lucro bruto</b>	<b>4.503</b>	<b>1.048</b>	<b>3.455</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>			
Despesas gerais e administrativas	(3.540)	1.021	(4.561)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(430)	(2.256)	1.826
	<b>(3.970)</b>	<b>(1.235)</b>	<b>(2.735)</b>
<b>Resultado financeiro</b>			
Receita financeira	1.661	347	1.314
Despesa financeira	(803)	(612)	(191)
	<b>858</b>	<b>(265)</b>	<b>1.123</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>1.391</b>	<b>(452)</b>	<b>1.843</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(608)</b>	<b>-</b>	<b>(608)</b>
Correntes	(555)	-	(555)
Diferidos	(53)	-	(53)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>783</b>	<b>(452)</b>	<b>1.235</b>
Quantidade de quotas	7.257		7.257
Lucro por lote de mil quotas - R\$	107,90		170,20

Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Ref.	Reapresentado		Publicado
	31/12/2021	Ajustes	31/12/2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.391	(452)	1.843
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	911	(28)	939
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(1.508)	28	(1.536)
Caixa líquido gerado pelas aplicado nas atividades de financiamento	(114)	-	(114)
<b>Acréscimo no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(711)</b>	<b>-</b>	<b>(711)</b>
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	4.405	-	4.405
No final do exercício	3.694	-	3.694
<b>Acréscimo no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(711)</b>	<b>-</b>	<b>(711)</b>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras** (continuação)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**I. Contabilização de créditos de PIS e Cofins decorrente de ação judicial transitada em julgado (exclusão do ICMS da base de cálculos do PIS e da Cofins)**

Em março de 2017 o STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu em caráter de repercussão geral e confirmou que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A Empresa, por meio de Mandado de Segurança 2007.70.00.019734-5, em que pleiteava a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, obteve o trânsito em julgado em 02 de maio 2019, onde, após o pedido de habilitação do crédito, passou a partir de junho de 2021, a compensar administrativamente referidos créditos com débitos administrados pela Receita Federal do Brasil em períodos subsequentes.

Considerando a natureza do crédito e, ainda que no âmbito regulatório o tema está sendo avaliado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, visto que a mesma avalia e considera que os valores, resultado do sucesso da ação, que devem ser devolvidos ao consumidor, durante o cada exercício. Em 27 de Junho de 2022 foi publicada a Lei de Nº 14.385 que adotou o entendimento de que todos os valores recuperados na ação judicial devem ser ressarcidos aos consumidores de forma integral mediante critérios equitativos considerados no procedimento de revisão tarifária, Como citado no "Art. 3º-B A Aneel deverá promover, nos processos tarifários, a destinação integral, em proveito dos usuários de serviços públicos afetados na respectiva área de concessão ou permissão, dos valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras de energia elétrica relacionados às ações judiciais transitadas em julgado que versam sobre a exclusão do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) da base de cálculo da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)".

Dessa forma, os registros contábeis foram realizados entre Ativo (Tributos a recuperar) e passivo (Outras contas a pagar), sendo registrado no resultado apenas a diferença monetária apurada entre a correção mensal aplicada, resultando na atualização do saldo do crédito a Compensar da concessionária e o Saldo a devolver para Consumidores. Também realizou-se a Provisão com serviços Jurídicos na proporção de 30% (trinta por cento) do saldo a recuperar, a apropriação da despesa ocorrerá mensalmente de acordo com o montante de créditos compensados.

A fim de constituir o saldo do crédito de Tributos a recuperar – Ativo Não Circulante, elaborou-se a composição anual dos valores obtidos a título de atualização monetária, que corresponde a aplicação da taxa Selic sobre montante do saldo, bem com o saldo compensado no exercício com o débito dos impostos federais passíveis de compensação.

A partir da publicação da regulamentação para devolução dos créditos aos consumidores, na tempestiva revisão tarifária ciclo 2022/2023 realizada pela Aneel, foram considerados a somatória do valor total do crédito compensado desde a sua homologação a título de devolução ao consumidor, bem como a projeção de saldo a compensar até o próximo ciclo de revisão tarifária. Está informação está vinculada no arquivo SPARTA disponibilizado pela Aneel.

Sendo assim, em contrapartida à composição do Crédito de Tributos a recuperar, creditou-se em Passivo Circulante – Outras Contas a pagar, o mesmo valor a título de saldo de devolução ao consumidor, conforme determina a legislação. Da mesma forma que o crédito do Ativo, o saldo do Passivo também sofreu correção mensal pela Selic durante os exercícios.

Pelo reconhecimento dos Débitos e Créditos nas contas patrimoniais, os valores a título de correção monetária foram registrados no resultado, sendo R\$ 347 referente a Receitas Financeiras e -R\$ 612 para com Despesa financeira.

A legislação não versa sobre o rateio ou outra formada de diluição os honorários advocatícios entre as partes beneficiárias, sendo deste modo então os honorários absorvidos integralmente pela Concessionária e registrados como despesa. O valor R\$ 2.651 foi reconhecido no Passivo Circulante – Outras Contas a pagar.



**Notas explicativas às demonstrações financeiras** (continuação)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores pagos a título de serviços jurídicos, apropriados em despesas jurídicas no exercício 2021, foram estornados do Resultado (R\$ 1.021). A composição de R\$ 1.021 refere-se ao pagamento do exercício corrente (R\$ 612), bem como a reversão da provisão (R\$ 409) da apropriação com despesas jurídicas realizada em novembro/2021.

A fim de realizar o lançamento em tempo oportuno, os saldos constituídos foram registrados em contrapartida ao Patrimônio Líquido – Reserva Lucros.

II. Contabilização do ajuste ao valor recuperável dos materiais em depósito

Conforme item 9 do CPC 16, os estoques devem ser mensurados pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor. As estimativas para perdas com ativos são baseadas em premissas sobre o risco de que o custo médio histórico registrado contabilmente não exceda, nas condições existentes, o valor novo de reposição.

Os materiais classificados no ativo circulante destinados a investimentos, estão registrados pelo custo médio de aquisição. Conforme apontado pelo relatório de auditor independente, devido ao seu valor relevante, não há previsão para realização deste estoque até o final da concessão (2045), levando em consideração a aplicação histórica.

A fim de realizar avaliação do valor recuperável desse ativo, buscou-se evidências através da abordagem de pesquisa de mercado, item a item, com o objetivo de realizar o registro do valor experimentado nas situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo menor valor entre o custo médio, valor da última compra e valor de mercado. O saldo obtido para os anos de 2021 e 2022 foram reconhecidos no resultado do exercício. Como critério de ajuste a valor presente do exercício de 2021, ao valor de mercado foi aplicado o índice de 10,06% (IPCA acumulado 2021) a título de desinflacionar o bem, bem como redução ao valor líquido de impostos (federais e estaduais).

III. Contabilização de multa contratual junto ao agente supridor

A relação civil contratual existente entre unidade Supridora Copel e a unidade Suprida Forcel, constitui-se de contrato compra e venda de energia elétrica nº 02/2015 firmado em 01/2015, e posteriormente celebrou-se termo aditivo 736/2016 alterando os montantes mensais de energia contratada inicialmente. Porém, nesse período houve redução da quantidade de MWh adquiridos da supridora, em função da migração de consumidores para ACL (ambiente de contratação livre). Ao final do exercício a supridora emitiu fatura de R\$ 5.780 mil relativa ao montante de energia não adquirida, fora da faixa de tolerância.

O referido valor permanece em discussão judicial, porém a importância em discussão após mediação pela ANEEL é de R\$ 2.751, conforme nota fiscal nº 171476608. Sendo assim, a importância foi reconhecida inicialmente no Passivo Circulante – Contas a Pagar – Fornecedores em contrapartida Custo de Energia comprada para revenda.

IV. Contabilização de passivos financeiros setoriais – Bandeiras Tarifárias

Durante o exercício de 2021 houve acionamento de bandeiras tarifárias, que repassa de forma imediata o aumento de custo na geração para o consumidor, e assim a concessionária recolheu nesse período os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias.

Após a contabilização e liquidação financeira no MCP (mercado de curto prazo) pela CCEE (câmara de comercialização de energia elétrica), a apuração do valor da concessionária nos meses de setembro, Outubro e Novembro de 2021 equivalente a R\$ 1.073, deixou de ser reconhecida em período oportuno no resultado. Sendo possível, após composição do saldo, efetuar o devido reconhecimento contábil em conta de resultado do montante apurado.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras** (continuação)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**V. Reclassificação de Saldo de Imobilizado e Intangível**

Conforme contrato de Concessão nº 69/99 e respectivos aditivos, Cláusula Segunda – Condições de prestação do Serviço público de distribuição de energia elétrica, na subcláusula décima sétima específica que a CONCESSIONÁRIA obriga-se, caso pretenda participar de novos empreendimentos de geração, a organizar e administrar separadamente as concessões de distribuição e geração, inclusive constituindo empresa juridicamente independente, observadas as condições de participação estabelecidas em legislação específica.

Deste modo, o saldo da atividade de geração, enquanto vinculada às atividades exercidas pela Forcel, foram segregados do Intangível para Imobilizado.

**4. Caixa e equivalentes de caixa**

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Contas bancárias à vista	184	1.091
Aplicações financeiras – equivalentes de caixa (a)	3.121	2.603
	<b>3.305</b>	<b>3.694</b>

- a. Os saldos registrados como caixa e equivalentes de caixa referem-se aos depósitos e as aplicações financeiras em certificados de depósitos bancários de liquidez imediata, sem um prazo estabelecido para o resgate, podendo esse ser efetuado a qualquer momento, sem perdas significativas de rendimentos, remunerados a uma taxa média entre 95% e 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 2022 e 2021.

**5. Consumidores**

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Residencial	776	1.498
Industria	1.000	1.434
Comércio	453	899
Rural	186	299
Poder público	73	115
Iluminação pública	56	114
Serviço público	72	121
Luz fraterna	8	9
Outros	24	296
	<b>2.648</b>	<b>4.785</b>
Provisão para perdas de créditos esperadas	(32)	(38)
	<b>2.616</b>	<b>4.747</b>

A concentração do risco de crédito é limitada porque a base de clientes é pulverizada e não há relação entre os clientes. A Empresa não possui concentração de cliente em sua receita, não possuindo nenhum cliente que represente 10% ou mais da receita anual.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras** (continuação)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
A vencer	2.297	4.258
Vencidos até 90 dias	287	496
Vencidos de 91 a 180 dias	31	3
Vencidos de 181 a 360 dias	8	6
Vencidos de 361 em diante	25	22
	<b>2.648</b>	<b>4.785</b>

A movimentação da provisão para perdas de créditos esperadas está demonstrada a seguir:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Saldo inicial	(38)	(17)
Constituição	(11)	(21)
Write-off da provisão	17	-
Saldo final	<b>(32)</b>	<b>(38)</b>

## 6. Partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições específicas acordadas entre as partes.

As seguintes transações com as partes relacionadas foram realizadas durante o exercício:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Resultado</b>		
<b>Serviços de terceiros</b>		
Teodoro de Oliveira Assessoria Ltda. (a)	(638)	(614)
<b>Aluguéis</b>		
Fábio Berger (b)	(26)	(77)
<b>Gastos diversos</b>		
Máxima FM Ltda. (c)	(19)	(13)
	<b>(683)</b>	<b>(704)</b>

- Teodoro de Oliveira Assessoria Ltda. – integra o quadro societário da respectiva empresa a Sra. Tatiane Berger, filha do Sr. Fábio Berger que é administrador e quotista da Concessionária. Os serviços contratados pela Empresa referem-se a honorários advocatícios.
- Fábio Berger – administrador e quotista da Empresa. As despesas com aluguéis referem-se ao contrato de imóvel comercial.
- Máxima FM Ltda. – integra o quadro societário da respectiva empresa o Sr. Roberto Lang, administrador e quotista da Concessionária. As despesas referem-se a gastos com publicidade e propaganda.

### Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os diretores e membros do Conselho Fiscal. Em 31 de dezembro de 2022, a remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração foi de R\$ 336 (2021: R\$ 835).

**Notas explicativas às demonstrações financeiras** (continuação)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**7. Tributos a recuperar**

Em março de 2017, o STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu em caráter de repercussão geral e confirmou que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A Empresa, por meio de Mandado de Segurança 2007.70.00.019734-5, em que pleiteava a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, obteve o trânsito em julgado em 28 de março de 2019, em que, após o pedido de habilitação do crédito, passou a partir de 19 de junho de 2019, a compensar administrativamente referidos créditos com débitos administrados pela Receita Federal do Brasil em períodos subsequentes.

**Tributos a recuperar – Não circulante**

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Saldo inicial	7.223	9.133 (reapresentado)
Correção monetária	754	348
Compensação com débitos tributários	(2.111)	(2.258)
Outros tributos Estaduais	12	-
<b>Saldo final</b>	<b>5.878</b>	<b>7.223</b>

**Saldos por tributo**

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Pis a compensar	447	845 (reapresentado)
COFINS a compensar	5.419	6.378
ICMS a compensar	12	-
<b>Saldos totais</b>	<b>5.878</b>	<b>7.223</b>

**8. Ativos e passivos financeiros setoriais**

**Ativos financeiros setoriais**

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Custos de energia comprada para revenda – CVA Energia	1.046	2.951
Prog. Incentivo às Fontes Alternativas de energia – PROINFA	169	48
Transporte de energia RB	11	25
Transporte de energia – Itaipu	73	43
Conta de desenvolvimento energético – CDE	671	269
Neutralidade da Parcela A	-	75
Sobrecontratação de Energia	140	-
Encargos de Serviço do Sistema	158	-
<b>Total</b>	<b>2.268</b>	<b>3.411</b>

**Passivos financeiros setoriais**

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Conta de desenvolvimento energético – CDE	-	129 (Reapresentado)
Neutralidade da Parcela A	30	138
Bandeiras tarifárias	-	390
Outros	4.348	112
<b>Total</b>	<b>4.378</b>	<b>769</b>

**Passivos financeiros setoriais – OUTROS**

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Ultrapassagem de demanda	46	25
Excedente reativo	132	87
Demais passivos financeiros setoriais – Despacho 1959/2022	505	-
Devolução de Crédito de Pis/COFINS – Sem base ICMS	3.665	-
<b>Total</b>	<b>4.348</b>	<b>112</b>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras** (continuação)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A partir de 26 de outubro de 2001, a ANEEL autorizou o diferimento da variação dos custos incorridos considerados não gerenciáveis (parcela "A") que fazem parte do cálculo do índice de reajuste tarifário e são atualizados pela taxa de juros SELIC e apropriados ao resultado quando incluídos na tarifa, fixada pela ANEEL em cada reajuste tarifário.

O Sistema de Bandeiras Tarifárias foi instituído pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) por meio da resolução nº. 547 de maio de 2013, e está em vigor em todo o país desde o dia 1º de janeiro de 2015. O valor consignado no passivo da Empresa corresponde a arrecadação por meio das faturas de energia elétrica, líquida dos impostos, o qual deve ser repassado à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), ou compensado com os custos que integram a CVA consignada em conta ativa.

## 9. Ativos financeiros da concessão e intangível

Com base na análise dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, a administração aplicou a Interpretação Técnica Geral ITG 01 - Contratos de Concessão, que orienta sobre o reconhecimento de concessões de serviços públicos, como forma de refletir o negócio da Empresa, conforme a seguir:

- A parcela dos bens imobilizados integrantes da concessão que não serão amortizados ou depreciados até o prazo final da concessão, estão sendo reconhecidas como ativo financeiro da concessão, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- A parcela que será depreciada ou amortizada dos direitos integrantes da concessão, durante todo o período da concessão, está sendo reconhecida como ativo intangível, que representa um direito que será remunerado pelos usuários dos serviços públicos pela tarifa pactuada com o poder concedente.

Por natureza, os bens da concessão e o imobilizado da Empresa estão constituídos da seguinte forma:

	2022				2021		
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo - Intangível	Ativo financeiro da concessão	Intangível	Intangível	Ativo financeiro da concessão
					(Reapresentado)		
Terrenos	-	-	-	376	3	3	356
Reservatórios e barragens	-	-	-	-	14	-	-
Edificações e benfeitorias	330	(265)	65	-	61	47	-
Máquinas e equipamentos	11.172	(5.539)	5.633	128	5361	5.254	105
Veículos	1.131	(6)	1.125	-	335	335	-
Móveis e utensílios	629	(108)	521	-	6	6	-
Softwares	536	(308)	228	-	-	-	-
Materiais em depósito	2.198	-	2.198	-	1.617	1.592	-
	<b>15.996</b>	<b>(6.226)</b>	<b>9.770</b>	<b>505</b>	<b>7.397</b>	<b>7.237</b>	<b>461</b>
Participação do consumidor	(1.155)	-	(1.155)	-	(1.157)	(1.157)	-
	<b>14.841</b>	<b>(6.226)</b>	<b>8.615</b>	<b>505</b>	<b>6.240</b>	<b>6.080</b>	<b>461</b>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras** (continuação)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As depreciações são calculadas em conformidade com a Resolução ANEEL nº 367/2009 atualizadas pelas resoluções nº 474/12 e 674/15. Assim sendo, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os principais bens e instalações são depreciados pelas taxas anuais a seguir:

Descrição do ativo	Taxa média de depreciação (a.a.)
Estrutura	3,57%
Condutor	3,57%
Medidor	7,69%
Transformador	4,35%
Veículos	14,29%
Equipamentos em geral	6,25%
Edificações	3,33%

A taxa média de depreciação e o valor residual dos bens foram determinados considerando a vida útil econômica estimada dos bens integrantes da concessão, bem como o valor estimado da indenização no vencimento da concessão.

Nos exercícios de 2022 e 2021 não houve capitalização de custos de empréstimos. A Empresa utiliza recursos próprios para os investimentos nas atividades da concessão.

Movimentação dos saldos

I. Intangível

	Saldos 31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Saldos 31/12/2022
(Reapresentado)						
Terrenos	3	-	-	(3)	-	-
Edificações e benfeitorias	47	229	(205)	3	(9)	65
Máquinas e equipamentos	5.254	1.266	(1.177)	679	(389)	5.633
Veículos	335	1.426	(578)	-	(58)	1.125
Móveis e utensílios	6	710	(105)	(58)	(32)	521
Softwares	-	227	(42)	58	(15)	228
Materiais em depósito	1.592	2.005	(720)	(679)	-	2.198
	<b>7.237</b>	<b>5.863</b>	<b>(2.827)</b>	<b>-</b>	<b>(503)</b>	<b>9.770</b>
Participação do consumidor	(1.157)	(96)	28	-	70	(1.155)
	<b>6.080</b>	<b>5.767</b>	<b>(2.799)</b>	<b>-</b>	<b>(433)</b>	<b>8.615</b>

De acordo com o OCPC 01 – Contratos de concessão, a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão deve ser classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente e a parcela remanescente (valor residual) como ativo intangível em virtude de sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, pelo consumo de energia pelos consumidores.

Os grupos de intangíveis que possuem valor residual após estimativa de amortização e depreciação até o final do período de concessão, foram transferidos para o Ativo financeiro da concessão. Findo o exercício, os saldos são recalculados, revertidos para o intangível e apropriados novamente para o exercício seguinte.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras** (continuação)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

II. Imobilizado

	Saldos 31/12/2021	Adições	Baixas	Depreciação o 2022	Saldos 31/12/2022
(Reapresentado)					
Edificações e benfeitorias	15	-	(15)	-	-
Máquinas e equipamentos	12	-	(12)	-	-
Móveis e utensílios	119	167	(278)	(8)	-
	<b>146</b>	<b>167</b>	<b>(305)</b>	<b>(8)</b>	<b>-</b>

III. Ativo financeiro da concessão

	Saldos em 31/12/2021	Reversão	Provisão	Saldos em 31/12/2022
Ativo da Concessão	461	(482)	526	505
	<b>461</b>	<b>(482)</b>	<b>526</b>	<b>505</b>

10. Fornecedores

	2022	2021
		(reapresentado)
Fornecedores de energia elétrica	3.487	4.506
Fornecedores de materiais e serviços	544	511
	<b>4.031</b>	<b>5.017</b>

11. Tributos a recolher

	2022	2021
IRPJ	29	2
CSLL	14	3
PIS	28	33
COFINS	118	153
ICMS	314	1.392
ISS	7	2
OUTROS	11	3
	<b>521</b>	<b>1.588</b>

A partir do mês de novembro/2018, a Empresa passou a excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. A redução do montante a recolher está vinculada diretamente ao valor de ICMS, que através da Lei 194 de junho de 2022 que determina a aplicação de alíquotas de ICMS pelo piso (18%) para o estado do Paraná.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras** (continuação)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**12. Encargos setoriais**

As taxas regulamentares são taxas específicas impostas às concessionárias e permissionárias do Setor Elétrico. O quadro a seguir demonstra as obrigações a recolher correspondentes aos encargos do consumidor de energia elétrica estabelecidas pela legislação:

<b>Encargos Setoriais</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	461	941
Programa de incentivo as Fontes Alternativas de Energia – PROINFA	-	70
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	256	46
Programa de Eficiência Energética	-	82
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	-	8
Outros	-	4
	<b>717</b>	<b>1.151</b>

**13. Outras contas a pagar**

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
		(reapresentado)
		)
Compra de energia microgeração	537	377
Consumidores PIS/COFINS a compensar	6.336	11.855
Honorários advocatícios – Teodoro de Oliveira Assessoria Ltda.	1.637	2.155
Redução tarifária 22/23 – Classe A	335	-
Outros	185	334
	<b>9.030</b>	<b>14.721</b>

A partir Lei 14.385 de 27 de junho de 2022, que define que os valores pagos a maior pelos consumidores de energia pela incidência de ICMS sobre a base de cálculo de PIS e COFINS deverão ser devolvidos por meio da tarifa de energia, na forma integral, os valores obtidos. A conta de consumidores PIS/COFINS a compensar refere-se ao saldo total do crédito, pertencente ao consumidor, que é corrigido mensalmente através da Selic, e que está à disposição para transferência para Passivos Financeiros setoriais a título de composição das revisões tarifárias seguintes.

**14. Provisões para contingências**

A Empresa é parte envolvida em ações judiciais de natureza cível que foram propostas no curso normal dos negócios e está discutindo estas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. A administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, entende que as providências legais já tomadas em cada situação são suficientes para cobrir as eventuais perdas e preservar o patrimônio líquido da Empresa, sendo reavaliadas periodicamente.

Assim, com base na opinião dos assessores jurídicos, há prognóstico de perda possível para algumas ações em que a Empresa é polo passivo e que serão confirmadas apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da Empresa e que, neste caso, conforme determina a NBC TG 25 (R1), são classificadas como de perda possível, não sendo requerido o registro passivo dos valores envolvidos. Essas contingências correspondem ao valor de R\$3.352 decorrentes de processos cíveis (2021: R\$ 1.267).



**Notas explicativas às demonstrações financeiras** (continuação)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 15. Patrimônio líquido

### a. Capital Social

O capital social subscrito e integralizado é representado por 7.256.534 (sete milhões duzentos e cinquenta e seis mil) quotas no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma.

	2022 e 2021	
	Quotas	Valor Total
Prefeitura Municipal de Coronel Vivida	972.199	972
Outros quotistas	6.284.335	6.285
	<b>7.256.534</b>	<b>7.257</b>

Em 19 de maio de 2022, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a alteração e consolidação da 28ª alteração contratual, que tratou da retirada da sociedade de Moacir Francisco Stellerd através transferência de cotas ao sócio majoritário Fabio Berger, não resultando, porém, em alteração no total de cotas e do capital social.

Em 25 de junho de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a redução do capital social, no montante de R\$ 88, decorrente da saída de sócios pessoas físicas da sociedade. Em 31 de dezembro de 2022, o montante permanece registrado no passivo circulante, no grupo de lucros a distribuir.

### b. Destinação dos lucros

Os lucros apurados após o término de cada exercício social serão repartidos entre os quotistas, proporcionalmente às quotas de cada um no capital social.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram distribuídos lucros de exercícios anteriores aos sócios, no montante de R\$ 12 (2021: R\$ 114).

**Notas explicativas às demonstrações financeiras** (continuação)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**16. Receita líquida**

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Fornecimento de energia elétrica</b>		(reapresentado)
Residencial	9.344	12.601
Industrial	16.691	17.859
Comercial	6.073	7.410
Rural	2.074	2.463
Poder público	922	1.003
Serviço público	897	1.026
Iluminação pública	865	1.193
	<b>36.866</b>	<b>43.555</b>
<b>Ativos e passivos setoriais</b>		
Constituição e amortização energia	(1.251)	947
Constituição e amortização PROINFA	53	66
Constituição e amortização rede básica	(14)	(5)
Constituição e amortização transporte de energia elétrica Itaipu	27	232
Constituição e amortização encargos de serviços de sistema	(191)	289
Constituição e amortização CDE	494	(155)
Constituição e amortização neutralidade parcela A	(35)	(395)
Constituição e amortização ultrapassagem e demanda	30	10
Constituição e amortização ultrapassagem excedente reativo	293	23
Constituição e amortização recuperação de PIS e COFINS	2.391	-
Constituição e amortização risco outros	1.455	357
Sobrecontratação de energia	205	-
	<b>3.457</b>	<b>1.369</b>
<b>Serviços cobráveis</b>		
Serviços taxados	91	76
	<b>91</b>	<b>76</b>
<b>Doações, contribuições e subvenções vinculadas</b>		
Subvenção subsídio tarifário	4.380	2.610
Subvenções vinculadas ao serviço concedido - baixa renda	151	173
	<b>4.531</b>	<b>2.783</b>
<b>Receitas de construção</b>	<b>913</b>	<b>969</b>
<b>(-) Impostos incidentes sob receita</b>		
PIS	(494)	(518)
COFINS	(2.281)	(2.386)
ICMS	(9.814)	(13.903)
ISS	(41)	(26)
	<b>(12.630)</b>	<b>(16.833)</b>
<b>(-) Encargos do consumidor</b>		
Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética - P&D	(55)	(45)
Fundo Nac. de Desen. Científico e Tecnológico - FNDCT	(52)	(45)
Ministério de minas e energia - MME	(26)	(22)
Programa de eficiência energética - PEE	(105)	(90)
Procel	(26)	(22)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(5.108)	(4.435)
Taxas de fiscalização	(27)	(27)
Bandeira tarifárias	-	(122)
Consumidores livres - desconto	(2.309)	(1.068)
	<b>(7.708)</b>	<b>(5.876)</b>
<b>Receita líquida</b>	<b>25.520</b>	<b>26.043</b>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Governo Federal, por meio da Lei nº 10.438/02, criou a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE visando, entre outros, a garantia de recursos para atendimento à subvenção econômica destinada à modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da Subclasse Residencial Baixa Renda, onde possibilita que os consumidores da classe residencial com consumo até 220 kWh/mensal usufruam de desconto na tarifa de energia, podendo chegar a 65%.

Com objetivos similares, o Governo do Estado do Paraná instituiu o Programa Energia Solidária através da Lei 20.943/21, pelo qual os consumidores residenciais com consumo até 150 kWh/mês, classificados como baixa renda, e os consumidores residenciais rurais, têm isenção total da fatura, cujo débito é assumido pelo Governo do Estado do Paraná.

Apresentamos a seguir o total de consumidores da FORCEL beneficiados pelos referidos Programas em 2022 e 2021:

	2022		2021	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Número de consumidores residenciais	5.717	87%	5.605	87%
Número de consumidores atendidos como “Baixa Renda”	512	8%	540	8%
Número de consumidores atendidos como Luz Fraterna	347	5%	281	4%
	<b>6.576</b>	<b>100%</b>	<b>6.426</b>	<b>100%</b>

Os dados do faturamento por classe de consumidores atendidos podem ser apresentados conforme quadro a seguir:

	Qtde. Cons.		MW/h		R\$	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Residencial	6.576	6.426	11.981	11.859	9.344	12.601
Industrial	245	231	45.146	43.616	16.691	17.859
Comercial	831	809	8.202	7.995	6.073	7.410
Rural	748	735	3.607	3.721	2.074	2.463
Poder público	97	97	1.186	979	922	1.003
Serviço público	10	10	1.540	1.429	897	1.026
Iluminação pública	1	1	1.671	1.692	865	1.193
Outros	3	3	46	70	-	-
	<b>8.511</b>	<b>8.312</b>	<b>73.379</b>	<b>71.361</b>	<b>36.866</b>	<b>43.555</b>

**17. Energia elétrica comprada para venda**

	2022	2021
Energia elétrica comprada para revenda	(15.744)	(18.492)
(-) Cofins não cumulativo	1.102	1.020
(-) Pis não cumulativo	239	221
Energia elétrica comprada para revenda – PROINFA	(1.093)	(567)
	<b>(15.496)</b>	<b>(17.818)</b>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras** (continuação)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**18. Custo de operação e construção**

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
		(reapresentado)
<b>Custo de construção</b>		
Custo de construção - Linhas e redes	(913)	(969)
	<b>(913)</b>	<b>(969)</b>
<b>Custo da operação</b>		
Salários	(1.126)	(1.117)
Encargos sobre salários	(474)	(443)
Benefícios a empregados	(223)	(234)
Materiais	(365)	(155)
Serviços de terceiros	(672)	(17)
Seguros	(48)	(21)
Depreciação e amortização	(378)	(432)
Outros	(662)	(334)
	<b>(3.948)</b>	<b>(2.753)</b>

**19. Receitas (despesas) operacionais**

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
		(reapresentado)
<b>Despesas gerais e administrativas</b>		
Salários	(1.347)	(947)
Encargos sobre salários	(426)	(315)
Benefícios a empregados	(304)	(121)
Honorários dos administradores	(336)	(835)
Encargos sobre honorários dos administradores	(68)	(175)
Benefícios dos administradores	(66)	(41)
Honorários conselho fiscal	(4)	(41)
Materiais	(202)	(39)
Serviços de terceiros	(1.299)	(749)
Aluguéis	(132)	(111)
Seguros	(4)	(10)
Recuperação de despesas	31	55
Impostos e taxas e tarifas	(63)	(55)
Depreciação e amortização	(63)	(50)
Gastos diversos	(136)	(135)
Perdas no recebimento	(11)	(26)
Provisão para contingências	-	55
	<b>(4.430)</b>	<b>(3.540)</b>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas</b>		
Aluguéis	652	322
Recuperação de PIS e COFINS (a)	(463)	(816)
Outras receitas	499	64
	<b>688</b>	<b>(430)</b>
	<b>(3.742)</b>	<b>(3.970)</b>

**Força e Luz Coronel Vivida Ltda.**

Demonstrações Financeiras | 31 de dezembro de 2022

**Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**20. Resultado financeiro**

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Receitas financeiras		(reapresentado)
Rendimento de aplicações financeiras	266	127
Atualização monetária CVA	128	102
Atualização monetária PIS e COFINS	890	1.160
Outras receitas financeiras	723	272
	<b>2.007</b>	<b>1.661</b>
Despesas financeiras		
Atualização monetária CVA	(76)	(6)
Variações monetárias	(90)	(56)
Outras despesas financeiras	(1.133)	(741)
	<b>(1.299)</b>	<b>(803)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>708</b>	<b>858</b>

**21. Imposto de renda e contribuição social**

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e da contribuição social pelas alíquotas nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social (a)	2.129	1.843
Alíquota vigente	34%	34%
Despesa de IRPJ e CSLL	(724)	(627)
(Adições) exclusões, líquidas	4	19
IRPJ e CSLL	(720)	(608)
Compensação de prejuízo fiscal base negativa	-	53
Despesa de IRPJ e CSLL	<b>(720)</b>	<b>(555)</b>
Alíquota efetiva	34%	30%

(a) O Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social referente ao exercício de 2021 está sendo apresentado antes dos ajustes de reapresentação, conforme descrito na nota 3.

Não houve movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos no exercício de 2022.

**22. Instrumentos financeiros e objetivos e políticas para gestão de risco**Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros da Empresa são: caixa e equivalentes de caixa, consumidores, fornecedores e encargos setoriais.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não havia diferença significativa entre os valores contábeis e os de mercado para os instrumentos financeiros da Empresa.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras** (continuação)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Empresa não realizou operações de hedge, swap ou quaisquer outras operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

A operações da Empresa estão expostas a riscos de mercado (moeda e indexadores), crédito e liquidez. Os riscos são constantemente acompanhados pela administração e todos os instrumentos financeiros detidos pela Empresa estão mensurados pelo custo amortizado e a administração entente que tais valores são muitos próximos aos respectivos valores justos.

Considerações sobre os riscos

Os negócios da Empresa compreendem o fornecimento de energia a consumidores finais, como concessionária de serviços públicos, cujas atividades e tarifas são reguladas pela ANEEL. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são:

Risco de variação cambial na compra de energia de Itaipu

A Empresa está exposta em suas atividades operacionais à variação cambial no preço de compra de energia elétrica de Itaipu. Nesse sentido, ressalta-se que o mecanismo de compensação - CVA, protege a Empresa de eventuais perdas.

Risco de crédito

O risco de crédito surge pela possibilidade de a Empresa vir a incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco é avaliado como baixo, tendo em vista a pulverização do número de clientes e da política de cobrança e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes.

Instrumentos financeiros por categoria

	<b>Classificação</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Recursos em banco (Nota 4)	Custo amortizado	184	1.091
Aplicações financeiras (Nota 4)	VJR	3.121	2.603
Consumidores (Nota 5)	Custo amortizado	2.616	4.747
Ativo financeiro da concessão (Nota 9)	Custo amortizado	505	461
<b>Passivos financeiros</b>			
Fornecedores (Nota 10)	Custo amortizado	4.031	5.017

Alguns instrumentos financeiros têm o seu custo amortizado substancialmente próximo ao valor de mercado, como contas a receber e outras operações específicas. Assim o valor de mercado é considerado o próprio custo amortizado.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras** (continuação)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 23. Seguros

A Empresa possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Empresa possuía apólices de seguro contratadas com terceiros, cuja natureza e cobertura estão indicadas a seguir:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Veículos	5.760	33
Vida	7.192	3

## 24. Eventos subsequentes

### Decisões transitadas em julgado pelo STF

Em 08 de fevereiro de 2023, o Plenário do STF concluiu e finalizou o julgamento dos Temas 881 e 885, decidindo, por unanimidade, que uma decisão definitiva, a chamada "coisa julgada", sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde automaticamente os efeitos das decisões transitadas em julgado caso exista pronunciamento divergente e contrário, quando ocorrer em controle concentrado ou sob regime de repercussão geral.

A Empresa avaliou os efeitos reflexos desta decisão e não identificou processos judiciais impactados pela referida decisão da Suprema Corte, por não possuir decisões judiciais que resultem na supressão de seus tributos, cuja matéria tenha sido, posteriormente, julgada em sentido contrário pela Suprema Corte, em ação de controle concentrado ou sob regime de repercussão geral. Adicionalmente, a Empresa entende que a decisão não possui aplicação direta ou reflexa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e continuará monitorando a evolução do assunto.

